

PLANO BRESSER

O maior arrocho da história



O novo pacote econômico do governo levará ao mais violento arrocho salarial de toda a história brasileira, impondo perdas que alcançam no mínimo 35% da remuneração da força de trabalho, segundo cálculos do Dieese. O gatilho foi eli-

minado, sendo substituído pelo reajuste salarial mensal, mas com base na média da inflação do trimestre anterior. Nos três primeiros meses do plano, o salário fica congelado. O ministro Bresser Pereira quer confis-

car o gatilho referente à alta dos preços no mês de junho, o que scandalizou até o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto. Mesmo a Fiesp, entidade patronal, acha que o arrocho foi grande demais e defende a concessão de um abono salarial. Pág. 8

gem da reação imperialismo Constituinte

Interferência direta do Palácio do Planalto, capitulação do PMDB à direita, acintosas manobras e desrespeito ao regimento interno da Constituinte resultaram na aprovação de teses contrárias ao povo e à nação. Veja na página 4.

Que modernização?

O Brasil precisa se modernizar. Alguém disse isto ao presidente Sarney e parece que ele ficou maravilhado com a descoberta. Mas, pelo que ouvimos na entrevista concedida na TV na última quarta-feira, quem revelou esta descoberta ao chefe da nação falava em inglês e identificava modernização com capital e tecnologia estrangeiros.

Markado por esta ótica distorcida, segundo a qual o que é nacional é ruim e o que é estrangeiro é bom, o presidente atacou a reserva de mercado: "isso é prejudicial ao país, evita que o país se desenvolva, que ele se modernize em determinados setores".

E, sem a menor vergonha, confessou que determinou ao ministro da Indústria e do Comércio uma nova política industrial com o "estabelecimento de liberdade de instalação de fábricas de qualquer natureza no país, sem licença". E ainda acrescentou que, na negociação da dívida externa, deve-se transformar parte dos juros a serem pagos em investimentos - em outras palavras, entregando o controle de empresas nacionais aos credores internacionais - "possibilitando a abertura do país mais ainda".

Mas o presidente estava com a língua solta. Para justificar a sua orientação citou como modelos a serem seguidos os casos da "Coreia do Sul e de Formosa" - paraísos do capital estrangeiro, sem qualquer independência. Estes países são conhecidos exatamente como exemplos da atividade neocolonialista das grandes potências capitalistas no mundo atual.

O Brasil precisa se modernizar. Esta é uma grande verdade. Mas a condição primeira para que isto se transforme em realidade é livrar-se da dominação imperialista. A indústria brasileira não se desenvolve de acordo com as necessidades do povo e da nação precisamente pelo fato de estar controlada - nos setores fundamentais -

pelo capital multinacional. A economia do país é comandada de fora, pelos banqueiros internacionais e pelos magnatas da grande indústria estrangeira.

Quando os brasileiros saem às ruas em todo o Brasil e gritam "Fora o FMI", estão manifestando um sentimento que tem profundas raízes na realidade. A experiência concreta demonstrou que esta sigla pode perfeitamente ser traduzida por "Fome e Miséria Internacional". Mas para o senhor José Sarney, o capital estrangeiro é fator de progresso e modernização. Alinha-se desta forma com Delfim Netto, Roberto Campos e outros conhecidos expoentes do entreguismo.

O presidente Sarney, como ele mesmo reconhece, tem um mandato marcado pela tarefa de realizar a transição. Ou seja, de passar da ditadura para a democracia, de garantir a liberdade para que os trabalhadores e o povo lutem por seus direitos e resistam à exploração brutal comandada pelo capital estrangeiro e seus sócios e pelo latifúndio. Mas traíndo esta missão, o governo pula de uma forma de arbítrio para outro sistema de arbítrio e ainda vem à público defender as mesmas teses de capitulação ao imperialismo defendidas pelo regime militar. Com isto demonstra claramente que esgotou suas potencialidades. É ilegítimo permanecer com este governo. Reforça-se a necessidade de marcar eleições em 1988, logo após a promulgação da nova Carta Magna.

Coerente com suas orientações opostas aos interesses do povo, o governo tem interferido abertamente na Constituinte para forçar uma Constituição reacionária, de direita, e que escancare mais ainda as portas do Brasil ao capital internacional. Se o povo não for às ruas defender a liberdade e a soberania nacional, este plano levará o país a uma situação gravíssima - se é que pode ser mais grave do que atualmente.



Foto: Herbert Marcus

Sete mil pessoas, gritando palavras de ordem, empunhando bandeiras e faixas, exigiam reforma agrária e punição dos criminosos

Fonteles: homenagem do povo

Enterro do lutador assassinado percorre as ruas de Belém com milhares de participantes. Página 7.



Foto: Ellifaz Rodrigues

Mais de 5 mil goianos protestando contra o aumento no preço das tarifas de ônibus

Revolta popular em Goiânia

Uma verdadeira rebelião, envolvendo milhares de populares, ocorreu dia 17 em Goiânia. Era o protesto contra o aumento da tarifa do ônibus - de Cz\$ 4,50 para Cz\$ 6,00. Foram 7 horas de agitação - das 10 da manhã às 5 da tarde. Estudantes e populares assumiram o lema "Cz\$ 4,50 ou a coisa vai esquentar". E esquentou: a polícia foi chamada para reprimir um quebra-quebra de ônibus que, segundo nota

do governo, danificou 128 veículos - e mais quatro na manhã de quinta-feira, 18. A cidade ficou sem transporte coletivo na tarde e noite de quarta-feira.

Na quase um mês o governo ameaçava aumentar as passagens. A União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES) e o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Goiás (DCE) rea-

lizaram manifestações de protesto. Às vésperas do anúncio do chamado "novo congelamento", o governo decretou o aumento. No dia 16, 200 secundaristas pararam o trânsito de uma das principais avenidas da cidade, em repúdio.

Às 9 horas do dia 17, os universitários da UFG

foram do campus (a 13 km do centro da cidade) ao palácio do governo. Com cinco ônibus, fecharam o acesso ao Palácio das Esmeraldas, sede governamental. Simultaneamente, escolas secundaristas do centro se incorporaram em massa à manifestação. Barricadas foram formadas, imobilizando mais de 100 ônibus.

Às 12h30m o presidente da Transurb, Aredio Rezende, compareceu à praça e descartou qualquer possibilidade de revogar o aumento. Abandonou o local sob vaias. Nesse momento, a cerca de 500 metros da Praça do Bandeirante, espontaneamente inicia-se o quebra-quebra. Os manifestantes se dirigem para a porta do Palácio do Governo. A frota de ônibus começa a se movimentar. A massa corre atrás. O quebra-quebra se intensifica. Só às 17 horas as coisas serenaram.

O governo ameaçou usar a polícia para coibir as manifestações convocadas para quinta-feira, de continuidade da luta. Em resposta, diretores da UNE, UMES e do DCE denunciaram a intransigência do governo estadual e a política econômica criminoso de José Sarney como causadores da justa revolta popular. E se comprometeram a não abrir mão da reivindicação de revogação do aumento.

CORÉIA DO SUL

Na linha do confronto interno



Os protestos multiplicam-se na Coréia do Sul. A repressão aumenta o número de suas vítimas - entre 10 e 16 de junho, 6.094 presos, num país onde a tortura é o tratamento de rotina dado aos opositores. Setores da burguesia local rompem com o governo do general Chun Doo Hwan. O presidente dos EUA, Ronald Reagan, não nega apoio militar e político ao general. Os imperialistas consideram o país um modelo para o mundo...

Os sul-coreanos querem eleger o presidente da República, e querem uma nova Constituição. Em fevereiro de 1988, pelas regras atuais, impostas ao país pelos militares com a Constituição de 27 de outubro de 1980, haverá substituição na presidência. Sai o general Chun Doo Hwan, assume o general Roh Tae-Woo, candidato único a concorrer no colégio eleitoral. Tae-Woo é o atual presidente do Partido da Justiça Democrática, governamental.

Mas sequer a oposição burguesa está aceitando essa manobra. Todos os partidos opositores uniram-se na Coalização Nacional por uma Constituição Democrática, e deliberaram não participar da eleição presidencial. Nas ruas, os protestos contra o governo multiplicam-se. Não passa um dia sem que Seul, a capital, seja palco de enfrentamentos entre populares - em especial, estudantes e operários - e os guardarmas.

Mas os militares estão agarrados ao poder. Desde a criação do Estado sul-coreano, em 1948 - para o que concorreu a decisiva ação das Forças Armadas dos Estados Unidos

-, o país é governado por generais. O primeiro, general Sing-man Rhee, encastelado na presidência a partir de 48, deixou a função e o país em 1960, varrido por denúncias de corrupção. Seu vice suicidou-se pouco depois. Em 1961 os militares colocaram o general Park Chung-Hee na chefia do governo. Cargo que exerceu até 26 de outubro de 1979, quando foi assassinado pelo seu chefe da polícia secreta (KCIA). Assume a presidência o general Choi Kiy-Had, derrubado pelo general Chun Doo Hwan em 1980.

Mas nem só de presidência da República vivem os generais. Eles se espalharam pelas administrações de multinacionais e estatais. E fincaram suas botas também em outros órgãos de decisão. No Ministério da Defesa está o general Lee Ki Bael; na Agência Nacional de Planejamento e Segurança, o general Chang Se Dong; no Ministério do Interior, o general Chung Ho Yong; na presidência do Comitê de Organização Olímpica de Seul (a Coréia do Sul sediará os jogos de 1988), o general Park Se Jik...

SUPEREXPLORAÇÃO

Não se pense que o Estado sul-coreano está somente a serviço de uma casta militar. Não. Mais do que isso, está a serviço da exploração imperialista. A presença de 40 mil soldados ianques no país é apenas um dos sintomas do domínio externo na vida dessa que é a segunda maior potência industrial da Ásia (a primeira é o Japão). Videan, diretor do Banco Franco-Coreano Sogeko, confessa que a Coréia do Sul "é ideal para os investidores estrangeiros".

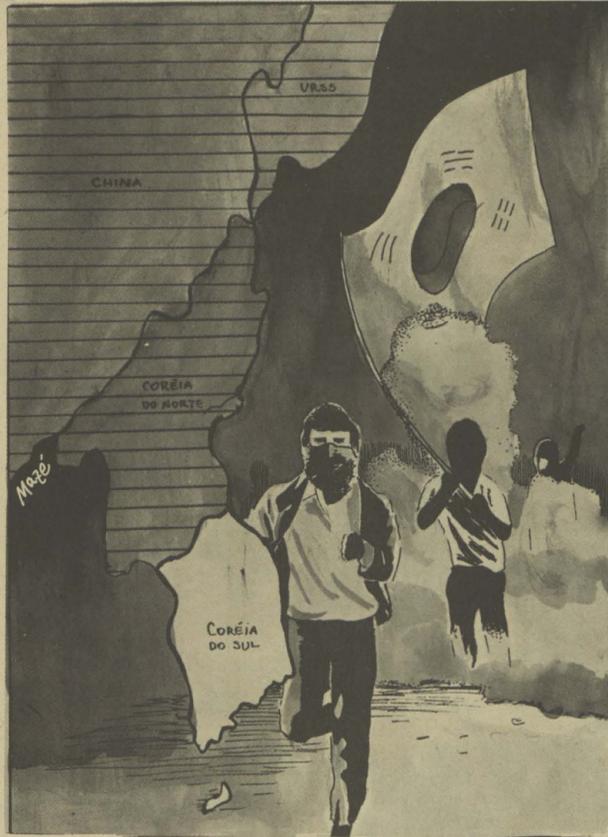
O zelo dos militares locais em reprimir as manifestações

populares garante a superexploração dos trabalhadores. Na fábrica de televisores Gold Star, a jornada de trabalho é de 10 horas diárias, seis dias por semana. Na Cheil Wool Textile, além da jornada de 10 horas, os funcionários dormem na própria fábrica! Os salários das mulheres - e elas representam mais de 40% dos assalariados do país - equivalem a 2/3 dos salários dos homens. E os salários dificilmente superam os 120 dólares por mês. Horas extras e trabalhos em feriados não são pagos. Mais um detalhe: as férias anuais duram apenas sete dias...

LINHA DURA

Prisão, tortura e assassinato dos opositores - uma verdadeira guerra interna - é o método de governo utilizado pelos generais para garantir essa exploração brutal, que levou a Coréia do Sul a registrar o maior índice de elevação do Produto Nacional Bruto em todo o mundo em 1986, de 12,5%. Os Estados Unidos absorvem 35 a 40% de suas exportações.

O país pouco conhece do que sejam liberdades democráticas. Viveu sob estado de sítio por 33 anos, até 1982. Mesmo após sua suspensão, continuou em vigor o toque de recolher, de zero às 4 horas. As dantescas cenas de repressão registradas neste ano dão bem o exemplo de como a propriedade privada - e o poder político são protegidos. Em 13 de abril último, o general Chun Hwan proibiu debates e atos pela Constituinte e por diretas no país. Em maio, o Exército sitiou 4 mil estudantes na Universidade de Yonseí, em Seul. Em junho, todas as 98 universidades foram invadidas pela polícia - o governo ameaça fechá-las, caso os protestos



continuem. Os 120 mil policiais tomaram conta das principais cidades do país, para evitar manifestações. Centenas de universitários e populares ficaram sob cerco policial durante vários dias na Catedral Católica de Myongdong, neste mês.

APOIO EXTERNO

É um Deus nos acuda! Mas se no campo interno a situação é terrificante, os imperialistas de fato não escondem seu apoio ao general Chun Doo Hwan. O ditador foi brindado com uma visita do chefe da Casa Branca, Ronald Reagan,

em 1983. E visitou os Estados Unidos e o Japão. Em 1984, o papa João Paulo II foi a Seul, onde celebrou missa para as principais figuras do regime militar e vituperou contra as ações cada vez mais radicais da população contra a sanha repressiva do governo.

Tudo indica que tão cedo a Coréia do Sul não sairá do noticiário internacional. A resposta do governo às reivindicações populares é mais repressão, mais arrocho. E os protestos se multiplicam no país. Confrontos à vista.

(Carlos Pompe)

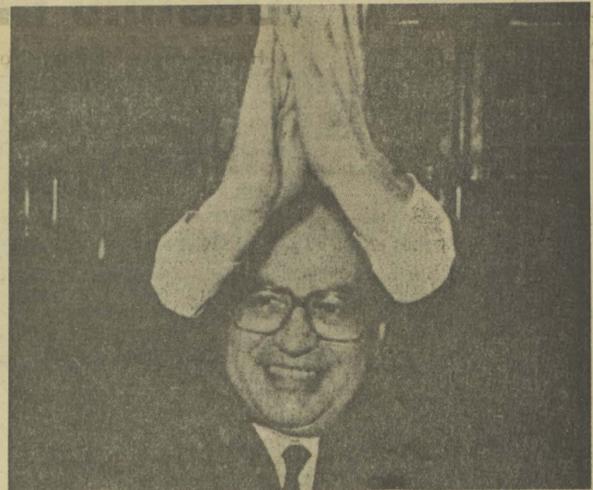
ITALIA

Eleições não solucionam crise

Os resultados das eleições parlamentares realizadas na Itália nos dias 14 e 15 de junho não contribuíram para solucionar a grave crise política que atravessa aquele país europeu. O Partido Comunista Italiano (PCI), obteve o seu pior resultado eleitoral dos últimos 20 anos, fracassando até em seus redutos operários. Deverá ser recomposta a coalizão que já havia entre os partidos Democrata Cristão, Socialista, Social Democrata, Liberal e Republicano.

Mas para ajeitar tanto partido e tantos interesses dentro de um governo não está fácil. Estas eleições antecipadas foram convocadas devido a um confronto entre os líderes dos dois maiores partidos da coalizão PDC e PS, em março, levando à queda do gabinete encabeçado pelo socialista Bettino Craxi. Até o momento estes dois partidos não chegaram a um acordo e o mais provável é que seja formado um governo de transição até agosto. Assim a tradicional instabilidade política volta à Itália, depois de uma relativa calma que durou quatro anos.

As eleições italianas são polarizadas entre o PDC e o PCI e as pesquisas apontavam este último como vencedor, o



Bettino Craxi, líder do PS: feliz, mesmo sem resolver a crise política

que seria um fato inédito. Mas o que se viu foram os votos do maior partido revisionista do ocidente escoarem - como areia entre os dedos - em outras direções, como os verdes e socialistas. Enquanto o PCI perdia 21 cadeiras na Câmara o PS terá a mais este mesmo número. A outra novidade será a estreia do Partido Verde no parlamento, representando 2,5% dos votantes. Os democratas-cristãos tiveram um pequeno avanço em relação às eleições de 1983, com nove deputados a

mais, continuando como a maior força política italiana. Na Itália, como em outros países europeus (Inglaterra, Alemanha e França), os partidos mais à direita têm obtido relativo sucesso nas últimas eleições diante da falta de uma nova alternativa apresentada pelos social-democratas e revisionistas. A via dita eurocomunista, preconizada pelo PCI, fracassou totalmente e hoje analistas dizem que este partido perdeu o rumo e sua identidade.



Viagem ao País das Águias

Associação de Amizade Brasil-Albânia (AABA)

1ª quinzena de agosto (10 dias na Albânia).
Passagem aérea (Financiada): São Paulo - Lisboa - São Paulo - 1.533 dólares.
Trem: Lisboa, Madrid, Barcelona, Nice, Veneza, Belgrado, Hani i Hotit (Albânia) - 600 dólares.
Informações pelo telefone (011) 255-1861, 2ª e 4ª das 14h00 às 20h00; 3ª das 12h00 às 18h00; e 5ª e 6ª, das 9h00 às 14h00.
Rua Barão de Itapetininga, 297, sala 53, São Paulo - SP.

PANAMÁ

Um povo sitiado

Uma denúncia contra o homem-forte do Panamá, o general Manoel Antônio Noriega, causou uma verdadeira comoção no país. Milhares de pessoas armadas de paus e pedras enfrentaram a polícia nas ruas exigindo a demissão de Noriega do comando das Forças Armadas, acusado da morte de Omar Torrijos e do líder opositorista Hugo Spadafora, de fraudar as eleições presidenciais de 1984 e de tráfico de drogas. Para enfrentar a mobilização popular o governo decretou o estado de emergência, colocou os tanques na rua e os órgãos de comunicação estão sob censura prévia.

O estopim das manifestações neste país de 2 milhões de habitantes foi a denúncia feita no final de maio pelo ex-chefe do Estado-Maior do Exército panamenho, coronel Roberto Diaz Herrera, exonerado do posto há duas semanas e atualmente exilado na embaixada da Espanha. Herrera acusou Noriega de "preparar" a vitória do candidato oficialista às eleições presidenciais de 1984, Nicolás Ardito Barletta, conquistada com uma margem de apenas 1.713 votos. O coronel também denunciou o envolvimento de Noriega na explosão do avião que matou o ex-presidente Omar Torrijos, em 1981, e no assassinato do ex-vice-ministro da Saúde, Hugo Spadafora.

MILITAR TRAFICANTE

O fato de Noriega estar envolvido na morte de Torrijos gerou uma enorme onda de indignação, pois o ex-presidente havia conquistado uma enorme simpatia popular por suas posições reformistas e anti-imperialistas durante os dez anos que governou o Panamá. E o atual comandante das Forças Armadas é um capacho dos interesses americanos, acusado de ser o maior traficante de cocaína no país.

Os Estados Unidos, desde a criação do Panamá, em 1903, interferem direta ou indiretamente nos destinos desta região do istmo - onde atualmente mantêm 10 mil soldados baseados na Zona do Canal, sob sua jurisdição. Diante das denúncias levantadas contra o homem-forte do Panamá, a Casa Branca apoiou Noriega



Torrijos: assassinado por Noriega

Apesar de ter um governo de fachada civil, na verdade quem comanda a Guarda Nacional é que dirige o Panamá. Por sua posição estratégica no comércio mundial devido ao canal, o governo ianque acompanha de perto a situação política daquele país. Com o golpe de 1968, liderado por Torrijos, que fez amplas reformas trabalhistas e sociais, as relações entre os dois países estiveram atiradas.

Em 1978 Aristides Royo substituiu Torrijos - que permaneceu como o homem-forte - mas quatro anos depois foi obrigado a renunciar por interferência dos norte-americanos. Em 1983 o general Noriega - acusado de participar do complô que eliminou Torrijos - assume o comando da Guarda Nacional e no ano seguinte consegue eleger seu candidato, Barletta, numa eleição fraudulenta.

Mas o mandato de Barletta foi curto, devido à sua insistência em esclarecer o assassinato, atribuído aos militares, do ex-ministro do governo Torrijos, Hugo Spadafora, considerado um herói por ter lutado ao lado dos guerrilheiros sandinistas. Pressionado por Noriega, Barletta foi obrigado a renunciar e em seu lugar assumiu o vice-presidente Eric Arturo del Valle e em seguida as investigações sobre Spadafora são suspensas. As denúncias de um homem que participou destas manobras vem levantar o véu que encobre estes fatos. O coronel Herrera em uma entrevista afirmou: "Sei que sou um criminoso e estou disposto a pagar por isso. Mas Noriega deve vir comigo".

Perseguição sindical

Cerca de 200 sindicalistas mortos e 4.500 presos em 1986 e início de 1987. Este o dado divulgado por uma reunião internacional de organizações sindicalistas realizada em Bruxelas na semana passada. As mortes ocorreram, principalmente, no Brasil, Chile, El Salvador, Guatemala, Paraguai, África do Sul, Turquia, Inglaterra, Holanda, Canadá e União Soviética também são acusadas de violarem os direitos sindicais. No caso do Brasil, são citadas as mortes de 190 pessoas durante os oito primeiros meses de 1986 em disputas pela terra.

Tiros na multidão

Dez feridos e dezenas de presos. Foi o resultado da investida da polícia - inclusive atirando na multidão - contra uma passeata em Gdansk, na Polônia, dia 12. Os manifestantes pediam liberdades democráticas. O fato ocorreu durante a visita do papa João Paulo II ao país. O papa ainda tentou evitar o ato contra o regime, dizendo que aquele era "um dia de oração", mas - tal como ocorreu no Chile - a população aproveitou as atenções mundiais voltadas para o país para registrar seu protesto contra a ditadura.

Doze mortos no Chile

O governo ditatorial do general Augusto Pinochet anunciou, dia 17, que matou doze opositores, e prendeu outros cinco, numa investida do Exército contra militantes políticos. Sete dos mortos foram assassinados num cerco promovido pelas tropas de Pinochet à casa onde eles se encontravam, no bairro de Recoleta, Santiago. No enfrentamento, cinco policiais ficaram feridos.

Armados até os dentes

A Argentina foi o país que mais gastou em armas na América Latina em 1986. Com 6 bilhões e 647 milhões de dólares em despesas com armamentos, o país gastou mais do que a Alemanha Ocidental, a África do Sul e a Austrália. A informação é do Instituto Internacional de Pesquisas sobre a Paz. No caso argentino, vale destacar que essas armas estão em mãos de virtuais criminosos - os responsáveis pelo assassinato de 30 mil opositores durante a vigência do regime militar. Assassinos aos quais o governo de Raúl Alfonsín quer conceder anistia, enquanto compra-lhes mais e mais armas...

Racismo em Nova Iorque

Em dezembro de 1984 o norte-americano Bernhard Goetz - louro, olhos azuis, matou a tiros, no metrô de Nova Iorque, os negros Troy Canty, 21 anos; James Ramseur, 20; Barry Allen, 21. Atirou ainda em Darrel Cabey, 21, que ficou paralisado. Goetz afirmou que sua vontade era apenas matar os quatro, mas "arrancar-lhes os olhos". A um dos baleados tomados disse: "Você parece estar bem. Tome outro tiro". Na semana passada Goetz foi julgado e... considerado inocente pelos assassinos. Foi condenado, contudo, a sete anos de prisão. É que, quando matou os negros, ele estava armado, e é crime andar armado em Nova Iorque. Amigos de Goetz estão aconselhando-o a mudar-se para a África do Sul, onde os brancos podem andar armados sem ser importunados. Matando negros.

Greve na África do Sul

Os negros sul-africanos realizaram uma greve de 24 horas, dia 16, por ocasião dos 11 anos do levante de Soweto, que se transformou na primeira grande manifestação contra o apartheid na África do Sul. Na repressão ao movimento de 1976, a polícia racista matou 600 negros. Na semana passada, o governo de Peter Botha viu-se de mãos atadas para reprimir a greve geral, tamanho o repúdio que se generalizou contra seu sistema racista - nacional e internacionalmente.

A Albânia premiada

A Albânia foi agraciada com o Prêmio Internacional para a Alimentação "Enrique Diaz Balesteros", concedido pelo Instituto Internacional para a Alimentação, sediado no México. Segundo o presidente do instituto, Enrique Munoz, os sucessos alcançados pela Albânia socialista na produção agrícola, em apenas 40 anos, constituem um exemplo quanto ao que pode conseguir um povo, mesmo partindo de um grande atraso das forças produtivas na agricultura. Munoz ainda destacou que as realizações albanesas são apreciadas pela Organização Mundial da Alimentação e da Agricultura (FAO). A Albânia foi representada na cerimônia de entrega do prêmio pelo professor Sofokli Lazri, que afirmou: "Para nós, albaneses, a satisfação em nosso prêmio é o reconhecimento das necessidades em matéria de alimentação se constitui numa de nossas maiores vitórias".

SARNEY E OS CONSERVADORES

Piquenique na encosta do vulcão

O presidente Sarney lidera seguidos êxitos da direita na Constituinte, decreta um arrocho salarial sem precedentes e dá entrevista entusiasmada à imprensa anunciando a abertura completa do país às multinacionais. Os políticos ligados ao Palácio do Planalto comemoram e insultam os adversários. Mas há bases concretas para tanta alegria?

Não há porque negar que foi do presidente Sarney a iniciativa dos fatos políticos destacadamente mais importantes da semana passada. Nem se deve desconhecer que ele obteve pelo menos sucessos momentâneos. Na noite do dia 12, quando as comissões temáticas da Constituinte já ultimavam os preparativos para suas votações, num clima de grande expectativa, ele convocou por três vezes consecutivas redes nacionais de rádio e TV para anunciar que, depois de meses seguidos de indefinições e de recordes inflacionários, o governo finalmente tinha um plano econômico que inclui congelamento de preços, ainda que extremamente limitado, e que o próprio presidente, num lance pretencioso, chegou a chamar de "Novo Cruzado"

Nas palavras de Ulysses Guimarães, o plano "reverteu o clima de instabilidade" que o país e o PMDB viviam. E, de fato, ele foi acompanhado de uma longa série de pressões, todas com origem no Palácio do Planalto, para impedir que os constituintes aprovassem posições com qualquer conteúdo progressista. Ainda no dia 12, apenas para falar dos fatos que se tornaram mais notórios, dois ministros militares, Henrique Sabóia, da Marinha, e Paulo Campos Paiva, do EMFA, criticaram abertamente o parecer do constituinte Egdio Ferreira Lima, relator da Comissão de Sistema de Governo, que propunha o fim do julgamento dos civis pela Justiça Militar. E Sarney foi ainda além. Demonstrando o profundo desprezo que nutre em relação às



Sarney anuncia seus planos econômicos ao país: vai dar certo?

posições da Assembléia que não coincidem com as suas, ele prometeu ao presidente da CNBB que concederia verbas públicas para as escolas da Igreja, desconhecendo solenemente o parecer do relator da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, Arthur da Távola, que proibia que dinheiro público seja empregado para sustentar investimentos particulares no ensino.

As pressões surtiram efeito. Os dois dias de votação nas comissões temáticas foram um espetáculo em que atuaram como atores principais, invariavelmente, homens de direita, em geral ligados ao Palácio do Planalto. O líder do governo, Carlos Sant'Anna, e o do PFL, José Lourenço, comandaram um pequeno exército que, composto por gente como Jarbas Passarinho, Prisco Vianna, Delfim Netto, Cardoso Alves, Roberto Campos, Gastone Righi e Marcondes Gadelha, obteve grandes vitórias nas votações. E se das fases anteriores da Assembléia tinha restado algo em que houvesse alguma cor progressista,

quase tudo isso foi arrasado inapelavelmente. Caíram teses como a reserva de mercado nos ramos fundamentais da indústria, a destinação de verbas públicas apenas para escolas públicas e as limitações aos bancos estrangeiros. Ficaram intactos os pontos de vista reacionários já aprovados anteriormente (veja reportagem completa sobre o assunto na página 4). E como que para coroar tudo isso Sarney obteve uma segunda vitória no tema dos trabalhos constituintes que parece concentrar suas atenções: foi confirmado o mandato presidencial de 5 anos.

Depois das manobras complicadas através das quais conseguiram superar a ditadura militar sem permitir que as forças populares adquirissem grande vulto, os conservadores têm conseguido até agora manter folgado controle sobre a Constituinte. Talvez nada sirva melhor como um retrato desta realidade que as expressões e os gestos do presidente, ao conceder coletiva a um grupo selecionado de jornalistas, dia 17. Como mostrou a imprensa, em

imagens incansavelmente repetidas, Sarney aparentou decisão, chegando a comportar-se na parte final da entrevista, como se estivesse discursando de uma tribuna.

Mas há bases sólidas sustentando estas vitórias? Ou estaria arriscando-se demais o deputado Cardoso Alves, ligado à UDR, que, após as votações, não se cansava de repetir pelos corredores do Congresso que ele e seu grupo haviam "arrasado a esquerdinha burra"?

Se estiverem certas as avaliações do jornalista Carlos Chagas, também conservador mas sem dúvida mais ponderado, então é possível afirmar com segurança que as declarações de "Cardosão" têm cheiro de bazófia. Em um longo artigo publicado ainda no dia 14, quando as páginas dos jornais da direita louvavam as decisões das comissões temáticas, Chagas advertia que tudo aquilo que se estava aprovando, a começar do mandato de 5 anos, era precário e estava intimamente condicionado ao destino do plano econômico recém-anunciado. Se o plano funcionar, o presidente conserva os 5 anos. Mas se resultar em fracasso, prosseguia o jornalista em seu raciocínio, haverá uma tendência irresistível para a redução do mandato, e "mesmo as decisões da Constituinte referentes a outros temas ficarão de quarentena"

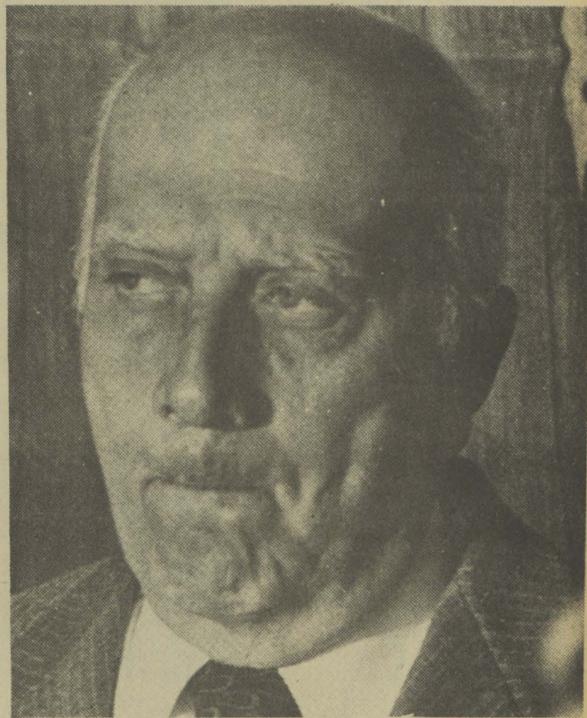
Quando às perspectivas de que o plano se consolide, pode-se afirmar no mínimo que são extremamente duvidosas. Ao adotá-lo, e posteriormente ao conceder a entusiasmada entrevista do dia 17, o presidente destruiu qualquer perspectiva de recuperar sua base popular e enveredou de vez por um caminho oposto ao das mudanças de estrutura de que o país precisa. Além do arrocho sem precedentes e do corte dos investimentos públicos (ver matéria completa na página 8), anunciam-se agora concessões inusitadas ao capital estrangeiro, como novos ataques à reserva de mercado, a "desregulamentação da economia" com abertura completa do país às multinacionais e até mesmo

a instalação de "plataformas de exportação" no Nordeste, para seguir o exemplo da Coréia e de Formosa, tão caro ao "capitalismo moderno".

Por outro lado, mesmo fazendo concessões tão óbvias e mesmo tendo atuado tão aberta e intencionalmente para que a direita pudesse obter avanços na Constituinte, o presidente parece não ter ainda obtido dela todo apoio de que necessita. Assim, o jornal "O Estado de S. Paulo", em editorial publicado no último dia 18, fazia rasgados elogios às posições que Sarney defendeu na entrevista da véspera, mas recusava-se, também ele, a defender o mandato de 5 anos, talvez por receio de embarcar numa canoa de cuja segurança

se duvida. Vistas as coisas desta perspectiva mais ampla, as manobras aparatosas que o grupo palaciano desenvolveu na Constituinte poderiam ser comparadas, para aproveitarmos uma imagem construída certa vez pelo jornalista Cláudio Abramo, a um piquenique na encosta de um vulcão adormecido. O deputado Cardoso Alves deveria pensar nisso antes de tecer considerações a respeito da inteligência de seus adversários políticos. E o presidente, que gosta de terminar seus discursos pedindo a Deus que abençoe o Brasil, deveria orar aos céus para que a erupção ainda demore mais um pouco.

(Antonio Martins)



Ulysses: de líder democrático a coadjuvante das manobras conservadoras

ULYSSES

Destino melancólico

Houve épocas em que o deputado Ulysses Guimarães foi um lutador importante das campanhas pela democracia. Por percorrer o país de norte a sul no memorável movimento por "diretas-já", em 84, ele chegou a ser visto por parte dos setores progressistas como alguém capaz de liderar o esforço por transformações importantes no país.

Houve épocas em que Ulysses, ainda que abandonado quase todas as suas posições progressistas, foi a figura mais destacada da política nacional. Eleito simultaneamente presidente da Câmara, da Constituinte e do PMDB, ele não era visto no começo deste ano sem que estivesse acompanhado por um séquito de políticos, repórteres e cinegrafistas.

Mais preocupado em ser poderoso que em ser progressista, trocando a defesa de teses avançadas pelo apego inconsciente a uma situação invejável na luta pela sucessão presidencial, Ulysses vai perdendo rapi-

damente ambas as condições. No episódio da votação nas comissões temáticas da Constituinte, ele exerceu o triste papel de coadjuvante da série de manobras lideradas por Sarney e por seu grupo mais próximo para garantir a vitória da direita. Participou diretamente do golpe através do qual a Comissão de Ordem Econômica relegou a plano secundário o parecer do relator Severo Gomes, e ajudou em outras ações anti-regimentais. Mas sequer circulou pelos corredores da Assembléia nos dias da votação, cedendo espaço aos líderes mais claramente identificados com a direita.

Exatamente como ele se comportou a grande maioria do PMDB, cada vez mais interessada em aproveitar as vantagens do poder e mais distante das aspirações populares. Se quem não estuda a história corre o risco de repetir erros antigos, os peemedebistas vão se tornando sérios candidatos a merecerem o mesmo destino do PDS.

COVAS

Um jogo perigoso

Não se pode dizer que o senador Mário Covas tenha exatamente endossado as manobras da direita durante as votações dos dias 12, 13 e 14. Quem acompanhou o noticiário da imprensa soube que ele fez até discursos inflamados contra alguns dos absurdos mais infames que se cometeram.

Mas quem observou de perto a atuação de Covas viu que na verdade ele exerceu um papel ambíguo e contraditório. Para continuar desfrutando da fama de líder progressista que adquiriu nos últimos meses, ele percorreu de fato, uma após a outra, todas as comissões temáticas, fazendo colocações sempre bem preparadas e elegantes sobre os ataques ao regimento interno. Mas para evitar um confronto com os setores moderados e conservadores do PMDB, ele recusou-se em todas essas ocasiões a articular ou mesmo a participar de uma luta mais decidida para evitar que estes ataques se concretizassem. Na prática, compactuou.



Covas: esperteza em excesso

Tancredo Neves costumava dizer que a esperteza de um político precisa ser usada com moderação, para não se voltar contra ele próprio. O *espertinho* Mário Covas precisa ter em conta esta lição se não quiser incompatibilizar-se completamente com os setores progressistas.

CONJUNTURA

Como deter o avanço da direita

A insatisfação popular cresce e olhos vistos e pode assumir formas explosivas. Mas sem canalizá-la para a luta na Constituinte será impossível conseguir qualquer resultado significativo.

Goiânia, 17 de junho: um protesto dos estudantes da Universidade Federal de Goiás contra a alta das passagens de ônibus, adquire proporções imprevisíveis e se transforma no estopim de uma grande revolta popular, que se prolonga das 10 da manhã às 5 da tarde. São destruídos mais de 120 ônibus, 15% da frota municipal. Em meio a uma conjuntura marcada por avanços da direita, e poucos dias depois da edição do plano econômico do governo, surgem os primeiros sinais de que o povo não só está descontente como também procura formas ativas, ainda desorganizadas, para demonstrar este descontentamento.

Brasília, apenas 5 dias antes: mesmo conseguindo realizar um esforço de mobilização melhor sucedido que nas etapas anteriores, as forças progressistas apenas conseguem reunir no Congresso Nacional, para acompanhar as votações das comissões temáticas da Constituinte, um número de manifestantes igual ao contingente da direita. No plenário da Câmara, onde se reúne a Comissão da Ordem Econômica, há 700 camponeses, que perderam dias em viagens desde os pontos mais distantes, alojam-se em dormitórios precários e dão um pouco de colorido popular aos trabalhos da Assembléia. Mas há ao lado deles 700 "agricultores" arrebanhados pela UDR, que ostentam pulseiras de ouro, vestem roupas de griffes famosas, vie-



O povo se revolta facilmente, como se viu em Goiânia. Mais difícil é dar à revolta sentido político preciso.

ram de avião e só se deslocam de táxi em Brasília. Muitos deles talvez não tenham jamais sujado as mãos com uma enxada ou pilotado um trator, mas para defender seus privilégios são tão capazes de gritar refrões e de gesticular quanto os membros do primeiro grupo.

DESAFIO URGENTE

Nestas condições, a pressão popular é obviamente insuficiente para alterar a correlação de forças da comissão, que pende para os conservadores, assim como na Constituinte como um todo. O relatório aprovado cria enormes entraves à Reforma Agrária, e não pode ser considerado exceção. A julgar pelo que se aprovou até agora são concretas as possibilidades de que a nova Constituição seja ainda mais reacionária que a atual.

Sobram indícios, todos os dias, de que a insatisfação popular aumenta e pode assumir características explosivas, como em Goiânia. Mas em vista das perspectivas sombrias

que a Constituinte tem permitido vislumbrar, um desafio enorme e inescapável está colocado para todos os brasileiros que lutam por um futuro progressista para o país: é preciso canalizar o sentimento de protesto e ações que se produzem a partir dele para uma pressão vigorosa sobre os trabalhos da Assembléia. Se isto não ocorrer, este sentimento e estas ações, mesmo que assumam formas vibrantes e combativas, serão vão, porque estarão desligados da batalha política que está em andamento. Dispersos, sem um objetivo concreto, a direita poderá facilmente contorná-los e elaborar a Constituição de que necessita para implantar seu projeto político e prolongar a vida das instituições arcaicas do país.

EXEMPLO GAÚCHO

Trata-se agora de descobrir formas concretas capazes de mobilizar o povo. A mais elementar delas é a coleta de assinaturas para os abaixo-assinados que sustentam emendas populares à Constituinte. E um

bom exemplo de como estas coletas podem ser produtivas é a ação desencadeada no último dia 17, em Porto Alegre, pelo diretório regional do Partido Comunista do Brasil.

Entre 13h30 e 14h30, na chamada "esquina democrática", o movimentado cruzamento da Avenida Borges de Medeiros e da Rua da Praia, centenas de populares se concentraram interessados nos discursos analisando os debates constituintes e as tarefas do movimento popular. Cerca de 210 pessoas assinaram os abaixo-assinados, que se referem ao papel constitucional das Forças Armadas, à dívida externa e ao sistema eleitoral. E muitos lamentaram não estar portando seus títulos eleitorais, mas se comprometeram a voltar com eles em outra ocasião, pois agora todas as segundas, quartas e sextas-feiras, os comunistas estarão na "esquina democrática", garantindo a pressão que é indispensável para que se reverta a tendência verificada nos relatórios aprovados até o último dia 15.

CONSTITUINTE I

A direita vence a guerra das comissões

A Assembléia Nacional Constituinte foi palco, no final de semana passado, de mais uma batalha entre as forças progressistas, comprometidas com as mudanças políticas e sociais, a defesa da soberania nacional e a efetiva realização da reforma agrária, e os setores reacionários interessados em defender a manutenção dos privilégios e os interesses do grande capital financeiro nacional e internacional e dos latifundiários. Foi uma batalha dura, repleta de golpes, manobras antiregimentais, pressões, ameaças, violência contra o povo e até mesmo violências físicas entre os constituintes.

Ao final de três dias de intensos debates e votações, o segundo rascunho da nova Constituição continua sendo, no fundamental mais retrógrado, conservador e atrasado do que a Constituição em vigor, outorgada em 1960 pelos militares.

Dois aspectos principais confirmam esta tendência: a postura entreguista predominante nos princípios gerais da economia, a posição pró-latifúndio adotada na questão agrária e as medidas restritivas ao livre funcionamento dos partidos políticos e o voto distrital, aprovados pela comissão que tratou da organização eleitoral e partidária.

Na Comissão da Ordem Econômica os conservadores, comandados pelos entreguistas Roberto Campos, Delfim Netto e Afif Domingos e pelos latifundiários da UDR, através de sucessivas manobras e golpes conseguiram aprovar três substitutivos no lugar do substitutivo original do relator Severo Gomes. A posição autoritária e fascista adotada pelo presidente da comissão, deputado José Lins (PFL-CE), que permitiu a votação dos substitutivos alternativos antes da votação do substitutivo do relator, o que é vedado pelo regimento interno, provocou uma série de tumultos na sessão, que quase acabaram em sérios conflitos físicos. Como se isso não bastasse, José Lins, em outra atitude fascista, determinou um inédito esvaziamento das galerias, permitindo que os reacionários aprovassem suas propostas às escondidas, sem a presença do povo.

Inconformados com estes golpes, os constituintes progressistas retiraram-se do plenário, divulgando uma declaração assinada por 24 parlamentares onde denunciavam as manobras e manifestam a disposição de recorrer à Comissão de Sistematização para que não reconheça os substitutivos aprovados irregularmente.

Os textos aprovados escancararam as portas do país à ação devastadora do capital estrangeiro, retiram a importação e a exportação do monopólio estatal do petróleo, eliminam a reserva de mercado, permitem que as multinacionais sejam consideradas empresas nacionais, impedem a realização da Reforma Agrária, não estabelecem limites máximos para as propriedades rurais e negam direitos fundamentais do povo brasileiro, como o acesso à terra e à vida urbana.

Na Comissão da Organização Eleitoral e Partidária, embora num clima democrático e imparcial, numa sessão conduzida sem manobras ou golpes regimentais pelo seu presidente, o senador Jarbas Passarinho, tomaram-se decisões que representam uma grave ameaça à liberdade de organização partidária e à democracia representativa no país. A aprovação do voto distrital misto é o melhor exemplo disso, na medida em que praticamente inviabiliza a representação parlamentar dos partidos ideológicos e a representação popular. A comissão aprovou ainda um artigo que determina que os partidos políticos precisem ter um mínimo de 0,5% de filiados em relação ao eleitorado para poderem disputar eleições e ter obtido 1% dos votos ou conquistado 1% das cadeiras nas últimas eleições para a Câmara dos Deputados

para terem direito ao acesso à propaganda eleitoral gratuita no rádio e televisão. O inusitado é que o autor das emendas propondo estas restrições foi o líder do PMDB, senador Mário Covas.

Estas questões políticas, que afetam a liberdade de organização partidária e a democracia representativa, são fundamentais na medida em que condicionam todas as demais questões. Se forem adotadas no texto final estará se abrindo uma perspectiva para que eventuais vitórias possam se transformar em derrotas pela ação de um legislativo reacionário.

Além destas derrotas, outro retrocesso ocorreu na comissão de Educação, Cultura, Esportes e da Comunicação, graças à ação direta do ministro Antônio Carlos Magalhães, que pressionou os constituintes com a ajuda da

deputada Rita Furtado, mulher do secretário-geral do Ministério das Comunicações e homem de confiança de Roberto Marinho, Rômulo Furtado, com o objetivo de derrotar o substitutivo do relator Artur da Távola e impor um texto que atendesse aos interesses dos proprietários de empresas de televisão, evitando a democratização das concessões de canais de rádio e TV.

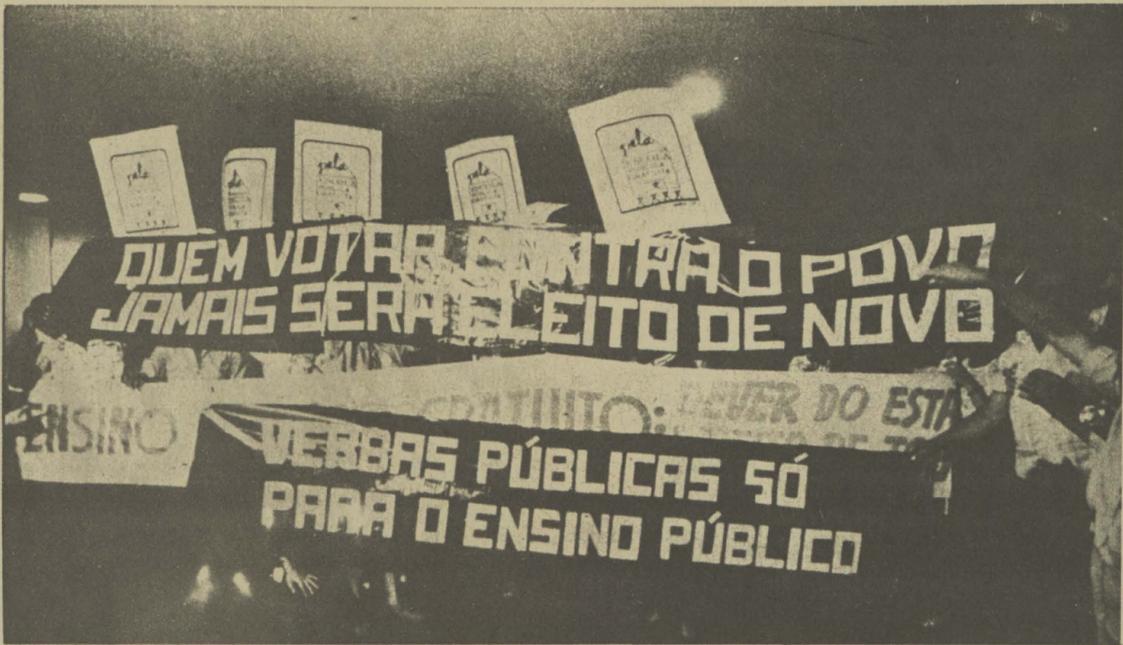
Os constituintes obedientes às ordens de Antônio Carlos Magalhães utilizaram uma suite do Hotel Garvey, em Brasília, para servir de aparelho de suas tentativas de aliciamento de votos em troca de concessões de emissoras de rádio. Utilizando estes métodos os carlistas cooptaram os votos de diversos constituintes e conseguiram, por 36 a 27, derrubar o substitutivo de Artur da Távola.

No entanto, graças a uma persistente e combativa obstrução dos progressistas, o prazo regimental se esgotou sem que a comissão conseguisse votar qualquer outra proposta. Com isso, conseguiu-se uma vitória parcial, na medida em que se impediu a aprovação do substitutivo de ACM e da Abesc.

A ação dos carlistas, voltada para atender os interesses das grandes empresas de comunicação, acabou sacrificando o ensino público e gratuito para todos em todos os níveis, uma vez que os conservadores optaram pela estratégia de derrotar a integral do substitutivo do relator. A batalha agora se desloca para a Comissão de Sistematização, a quem caberá elaborar um anteprojeto sobre a educação e a comunicação.

Só com a mobilização popular é que se conseguirá reverter este quadro entreguista, conservador, reacionário e pró-latifundiário até aqui dominante. De qualquer maneira, caso estas posições consigam se impor, dando à futura constituição um perfil retrógrado, o povo reagirá, transformando em letra morta a nova Carta Magna e prosseguindo a luta para conquistar uma Constituição progressista e democrática.

(Moacyr de Oliveira Filho, de Brasília)



Pressão popular para fazer valer as propostas progressistas nas votações da Assembléia Nacional Constituinte

CONSTITUINTE II

Quatro fases e muita luta até a votação final

Encerrou-se no último dia 14 de junho a primeira das cinco etapas definidas pelo regimento interno da Assembléia Nacional Constituinte. Esta fase inicial compreendeu os 60 dias previstos para formar oito comissões temáticas, cada uma delas com três subcomissões, e mais a comissão de sistematização, que efetivamente começaram a trabalhar no texto da futura Carta constitucional. Isso porque depois da instalação solene da Assembléia Constituinte, no dia 1º de fevereiro, os constituintes discutiram durante 70 dias o regimento interno. Ou seja, lá se foram já quatro meses e 15 dias de grandes embates entre conservadores e progressistas, com seus variados matizes e interesses.

Depois da escolha dos presidentes, vice-presidentes e relatores, as 24 subcomissões receberam propostas, promoveram audiências públicas e fizeram visitas, entregando em 24 de maio o relatório discutido e votado de seu trabalho. Até 14 de junho as oito comissões temáticas aprovaram os anteprojetos de seus relatores que foram entregues à Comissão de Sistematização antes da meia-noite do dia 15. A única comissão que não conseguiu encerrar os seus trabalhos no prazo foi a de Família, Educação, Cultura e Esportes, Ciência e Tecnologia, por não ter aprovado o substitutivo de seu relator Arthur da Távola (PMDB-RJ). O ponto central que impediu a aprovação do relatório foi o artigo que consti-

tuiu o monopólio da União para a exploração de serviços públicos de telecomunicações, considerado "estatizante" por setores conservadores e entreguistas em maioria na comissão.

Eis os próximos passos:
A segunda etapa do processo constituinte é para a Comissão de Sistematização compatibilizar as propostas das oito comissões temáticas, elaborando o primeiro projeto da Constituição dentro dos próximos 30 dias, conforme os seguintes prazos:

17 a 27 de junho: dez dias para que o relator da Comissão de Sistematização reúna os oito anteprojetos no seu primeiro parecer.

28 de junho a 2 de julho: cinco dias para o relator da Comissão de Sistematização aceitar ou rejeitar as emendas dos constituintes.

9 e 10 de julho: discussão e aprovação do primeiro projeto de Constituição na Comissão de Sistematização.

11 a 13 de julho: três dias para a nova redação do relator.

14 e 15 de julho: votação da "redação final" do projeto de Constituição.

A terceira etapa da Constituinte começa dia 17 de julho, quando estará aberto um período para apresentação de emendas ao anteprojeto elaborado pela Comissão de Sistematização, e para debate deste anteprojeto no plenário da Assembléia. Esta terceira fase deve durar 40 dias. As propostas de emendas deverão chegar à Constituinte nos seus 30 primeiros dias. O prazo para receber emendas dos parlamentares e dos cidadãos comuns (através dos

abaixo-assinados com no mínimo 30 mil adesões) termina dia 18 de agosto. É importante ressaltar que este é o prazo fatal para fazer propostas à Constituinte. Na fase de votações em plenário não serão consideradas novas propostas, sendo admitidas apenas as formuladas nas fases anteriores.

Apresentadas as propostas de emenda ao anteprojeto da Comissão de Sistematização, inicia-se a quarta etapa dos trabalhos da Constituinte. Durante 25 dias a Comissão de Sistematização estará reunida novamente, agora para estudar as emendas apresentadas, podendo incorporá-las ou não a um segundo anteprojeto de Constituição que deverá elaborar.

A quinta etapa, e a decisiva para estabelecer o perfil da futura Carta, é a das votações em plenário. Mesmo que alguma proposta tenha sido seguidamente derrotada em todas as etapas anteriores, estará incluída na Constituição se receber o apoio da maioria dos constituintes neste momento. Por isso mesmo, será necessária, mais que em qualquer outro instante, a presença massiva, constante e por tempo prolongado de caravanas populares em Brasília, além de manifestações públicas em todo o país.

As votações se darão em três fases. Na primeira delas, a mais importante, serão submetidos à decisão dos constituintes o anteprojeto de Constituição elaborado pela Comissão de Sistematização e as propostas de emendas apresentadas por parlamentares ou por iniciativa popular. Com o término das

votações estará pronto um primeiro projeto constitucional elaborado em plenário.

Numa segunda fase de votações serão admitidas pequenas modificações na redação deste projeto, ou emendas supressivas a ele. Ou seja, será importante a pressão popular para

impedir que medidas progressistas eventualmente aprovadas na primeira fase sejam retiradas da Carta. Na última fase serão admitidas apenas modificações de redação.

Não há prazo pré-estabelecidos para nenhuma das fases da etapa das votações em plenário.

Novo centro das atenções



Arinos, presidente: manobras na comissão

A partir de agora, e pelo menos até que se inicie a fase das votações em plenário, em meados de setembro, quem estiver preocupado em ficar por dentro da Constituinte terá que dedicar atenção especial ao trabalho dos 93 parlamentares que compõem a Comissão de Sistematização. Eles estão encarregados de elaborar um primeiro anteprojeto de texto constitucional, considerando o que foi aprovado nas oito comissões temáticas, mas também suas próprias posições. De seu trabalho poderá resultar tanto um texto que seja fiel ao reacionarismo que até agora predomina na Assembléia quanto uma proposta que leve em consideração algo do sentimento de mudanças que predomina na sociedade.

Mas quem compõe a Comissão de Sistematização? É possível afirmar, a grosso modo, que ela reflete aproximadamente a mesma correlação de força da Constituinte. 53 de seus membros foram indicados pelas lideranças dos partidos, respeitada a proporção de cadeiras que cada um ocupa na Assembléia e observados, no interior de cada partido, acordos entre suas facções. E os 40 membros restantes são os relatores das Subcomissões e os presidentes e relatores das comissões temáticas que encerraram seus trabalhos no último dia 15.

Em termos mais precisos, isso

equivale a dizer que o PMDB ocupa 49 vagas, o PFL 24, o PDS seis, o PDT três, o PTB três, o PT duas e o PC do B, PSB, PCB, PL, PMB e PDC, uma cada um. Entre a bancada peemedebista, que formaria maioria absoluta se atuasse unida, há gente de todas as tendências.

Pela posição de destaque que ocupam na Comissão de Sistematização, dois de seus membros merecem ficar sob "marcação cerrada" do povo. Um deles é o seu presidente, senador Affonso Arinos (PFL-RJ). Homem de passado conservador, ele foi conivente, nas primeiras sessões da comissão com manobras do bloco conservador para impedir que fossem levadas a plenário projetos de decisão importantes, um dos quais suspendia o pagamento da dívida externa e instalava uma auditoria para apurar suas origens e legitimidade.

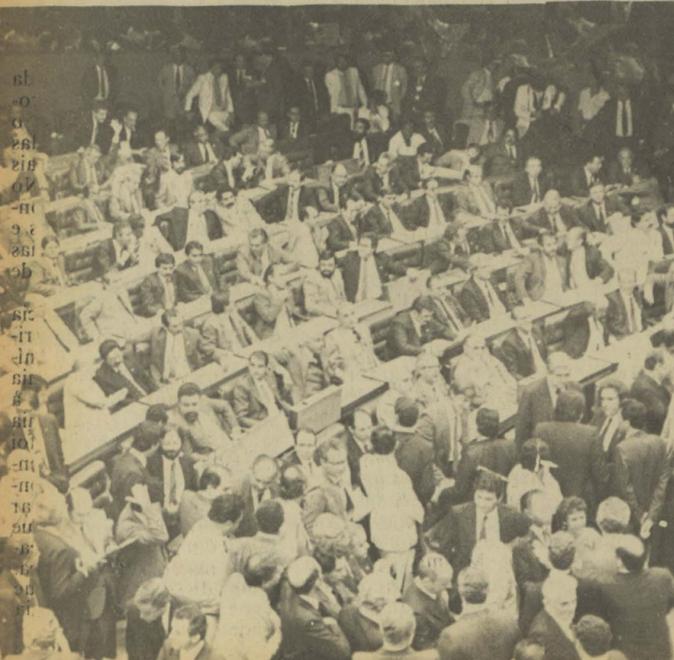
Outra figura-chave da Comissão é seu relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Ex-presidente da OAB, na fase da luta contra o autoritarismo, ele valeu-se, no entanto, de apoios no mínimo suspeitos para chegar ao cargo que ocupa, como o do ministro do Exército, general Leônidas Pires. Depois disso, deu declarações na imprensa manifestando-se a favor da empresa privada e contra o que a imprensa chamou de uma fase dos trabalhos da Assembléia, de "tendência estatizante" dos constituintes.

2ª fase
17/6 a 15/7
A Comissão de Sistematização elabora o primeiro projeto de Constituição.

3ª fase
17/7 a 18/8
A Constituinte recebe propostas de emendas dos parlamentares e de iniciativa popular.

4ª fase
28/8 a 20/9
A Comissão de Sistematização elabora o segundo projeto de Constituição.

5ª fase
a partir de 20/9
Iniciam-se as votações finais.



LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

O bumbo dos vende-pátria

Rejeitar perigo da "estadolatria". Evitar o risco de se construir uma economia "estatazante e socializante". Acabar com a "ineficiência" da administração estatal.

QUEM DOMINA?

Em primeiro lugar é preciso esclarecer definitivamente que "estatazização" não significa socialização. Se a classe que domina o Estado é a burguesia, mesmo que todas as empresas fossem estatais, o sistema econômico continuaria capitalista.

Depois, não existe, em nenhuma das propostas apresentadas na Constituinte, qualquer exagero em relação à interferência do Estado. Basta um exame superficial para se constatar que no Brasil os setores da economia que representam o "filé-mignon" - a parte mais lucrativa - estão nas mãos da iniciativa privada.

E ainda, não se pode aceitar a acusação generalizada de que as empresas estatais são ineficientes por natureza. Elas podem ser mal administradas e corroídas pela corrupção.

GATO ESCONDIDO

Por que então tanta gritaria? O problema é que hoje, com o desenvolvimento do capitalismo monopolista, formaram-se empresas gigantescas, cujo capital é superior ao total de muitos e muitos países.

Neste sentido, mesmo dentro dos limites do capitalismo, só o Estado tem capacidade de oferecer resistência à dominação destas empresas. É contra esta resistência que os Delfim Netto, Roberto Campos e outros conhecidos agentes do capital internacional se levantam.

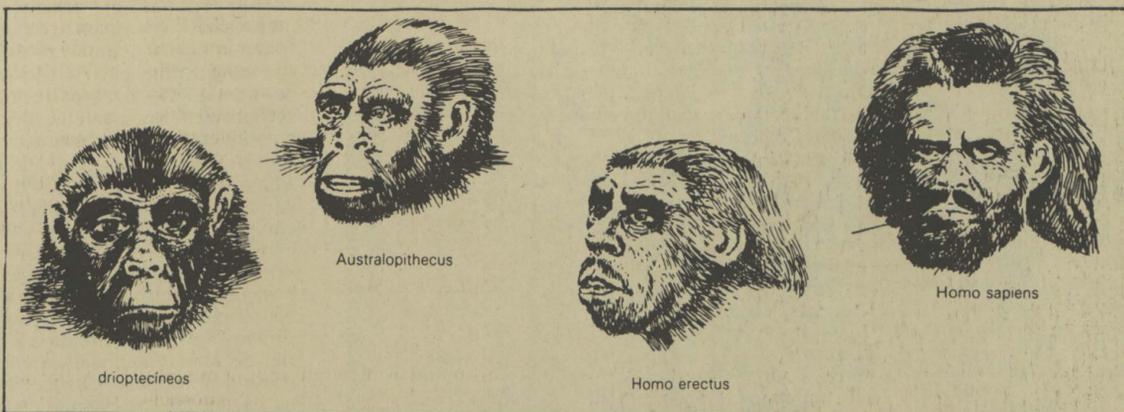
TAREFA IMEDIATA

Para os tubarões, a vida vai demonstrando, cada dia com mais força, que somente a ruptura com o sistema caduco do capitalismo e a construção do socialismo pode assegurar a verdadeira defesa da soberania nacional.

(Rogério Lustosa)

GENÉTICA

Em busca do macaco "operário"



A evolução humana: agora a burguesia quer dar marcha-a-ré, visando ter trabalhadores dóceis, que não contestem a exploração

O antropólogo Brunetto Chiarelli, do Instituto de Antropologia da Universidade de Florença (Itália) declarou que existia a possibilidade de ter sido tentada a criação de um ser subhumano, metade homem e metade chimpanzé.

É um velho sonho do capitalismo criar uma classe operária incapaz de praticar a luta de classes, geneticamente programada para aceitar docilmente a exploração.

Hoje se sabe que todas as características herdadas, inclusive as que permitem a manutenção das espécies, estão concentradas em filamentos enovelados nos núcleos de todas as células, chamados cromossomos (conhecidos pelas siglas DNA e RNA).

As experiências são bem sucedidas em vegetais e animais inferiores. No entanto a ciência ainda está bastante atrasada em manipular geneticamente animais superiores.

Espera-se ansiosamente o dia em que se possa acabar com doenças de base genética como a diabetes ou o mongolismo.

Estas experiências são bem sucedidas em vegetais e animais inferiores. No entanto a ciência ainda está bastante atrasada em manipular geneticamente animais superiores.

Espera-se ansiosamente o dia em que se possa acabar com doenças de base genética como a diabetes ou o mongolismo.

Espera-se ansiosamente o dia em que se possa acabar com doenças de base genética como a diabetes ou o mongolismo.

A natureza levou 25 milhões de anos de evolução a partir de um primata (Driopiteco) para produzir a forma mais aperfeiçoada de matéria viva, o Homo Sapiens.

Do ponto de vista anatômico também o mais perfeito. A mão humana é infinitamente mais adaptada para produzir instrumentos que a de qualquer macaco.

Uma experiência de gametas humanos com os de macacos teria resultados imprevisíveis sobre tal ou

qual característica humana ou simiesca. Por outro lado, a doação de órgãos por seres humanos pode perfeitamente atender às necessidades dos transplantes.

Hitler achou que os alemães eram os "eleitos" e tentou escravizar os "povos inferiores". Não deu certo. Agora surge a idéia de criar os "inferiores" em laboratório.

(José Augusto Mochel)

ALIMENTOS

Nem só de fruta vive o suco

As televisões foram invadidas por uma nova campanha publicitária dos sucos Maguary. Nela o humorista Chico Anísio procura ridicularizar a proibição dos sucos engarrafados.

Ora, os sucos foram proibidos pelo Departamento Geral de Vigilância Sanitária porque foi constatado que, em grande número de marcas e tipos, havia excesso de dióxido de enxofre, um aditivo que serve para prolongar sua conservação.

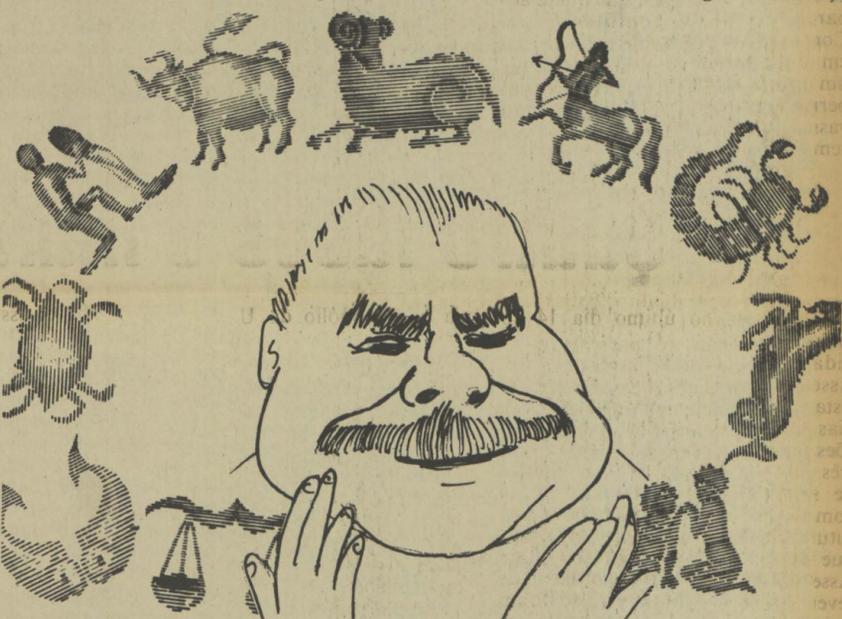
O caso dos sucos, no entanto, é apenas mais um dos escândalos que imperam na área de alimentos industrializados. As autoridades sabem que grande parte dos corantes utilizados em alimentos industrializados provoca reações alérgicas.

Quando da importação do leite europeu contaminado por radioatividade de Chernobyl, o governo cinicamente mudou os índices máximos de radioatividade em alimentos de 1.300 bequeréis/Kg para 3.700 bequeréis/Kg (vigente hoje).

O ministro da Agricultura, Íris Resende, liberou os estoques de agrotóxicos organoclorados, substâncias altamente tóxicas e até mortais, que desde o ano passado tinham sua venda proibida no país.

O epílogo trágico do caso dos sucos dá razão ao sr. Chico Anísio, de tripudiar das autoridades sanitárias do país: o ministro Roberto Santos, da Saúde, não só anulou a proibição de venda dos sucos, como demitiu o dr. Luis Felipe Moreira Lima, que dirigia a Divisão Nacional de Vigilância Sanitária do seu Ministério.

Todos os diretores subordinados ao dr. Moreira Lima demitiram-se em solidariedade. Roberto Santos instalou na Divisão de Vigilância Sanitária gente de sua confiança, provavelmente "mais compreensiva". É provável que, como diz Chico Anísio, em breve teremos de volta todos os sabores dos sucos Maguary e todas as demais marcas. Para o desespero de nossos esôfago, estômago e intestinos.



ASTROLOGIA

Sob o signo do azar

Entre incrédulo e boquiaberto, o brasileiro ficou sabendo, tempos atrás, que o presidente José Sarney estaria seguindo a orientação de mapas astrais para tomar decisões no Palácio do Planalto.

Não há um só grande diário que não publique uma seção de horóscopos. Artistas, intelectuais e outras figuras públicas declaram sua crença na astrologia e discorrem sobre aspectos de suas personalidades que seriam influenciados pela posição dos astros.

A pesquisa, do departamento de Física da Universidade de Berkeley (EUA), foi dirigida pelo cientista Shawn Carlson. Além do rigor científico, houve a participação de astrólogos indicados pela National Council of Geocosmic Research, não só durante a elaboração do método, como no desenvolver

dos experimentos. A tese testada foi a fundamental da astrologia natal: "A posição dos planetas, estrelas e da lua, no momento do nascimento de uma pessoa, pode ser usada para determinar os traços principais de sua personalidade, as tendências de seu temperamento e comportamento e para prever as principais situações que o indivíduo pode encontrar em sua vida".

Foram elaborados dois testes, com mapas astrais calculados pela entidade astrológica e com interpretação de astrólogos participantes do experimento. Os cientistas calcularam que a margem de acerto casual seria de 33% - qualquer margem de acertos igual ou inferior a essa refutaria a tese astrológica.

COM A PALAVRA, OS ASTROS

No primeiro teste, os astrólogos interpretaram mapas astrais de 177 voluntários. A tese era de que pelo menos 50% dos indivíduos seriam capazes de identificar a interpretação que lhes correspondia. Apenas 33% dos participantes acertaram (dentro da margem do puro acaso). Mesmo assim os cientistas admitiram que os indivíduos poderiam não ser capazes de identificar seu

próprio perfil psicológico - até por resistência a admitir certos aspectos eventualmente desabonadores.

Um segundo teste: através de um questionário, foram elaborados os perfis de 116 indivíduos, e depois entregues a 30 astrólogos para interpretação. A percentagem de acertos foi de 34% - longe dos 50% previstos pelos astrólogos. Assim, num experimento imparcialmente projetado e com a participação de astrólogos credenciados por uma entidade astrológica respeitada, não conseguiu demonstrar a veracidade da tese astrológica.

CRENDICE MILENAR

A pesquisa foi realizada com astrólogos que se propõem honestos, mas o mesmo não se pode dizer das coisas publicadas em jornais e revistas populares. No geral esses horóscopos contêm algumas frases vagas e adaptáveis às circunstâncias da vida diária de milhares de pessoas.

A crença na "influência dos astros" remonta às origens da civilização. No início, astrologia e astronomia se confundiam. Mas à medida que a astronomia progrediu, a astrologia foi relegada ao plano das crenças. Ao capitalismo, contudo, interessa fomentar toda sorte de crenças que desviem o povo da dura realidade material que o cerca.

DE OLHO NO LANCE

FMI de novo

O ministro Bresser Pereira descobriu uma fórmula genial para justificar suas concessões às exigências do FMI. Segundo o titular da Fazenda, em vez do Brasil pedir um aval ao Fundo, o FMI é que virá ao Brasil para avaliar os planos econômicos do governo.

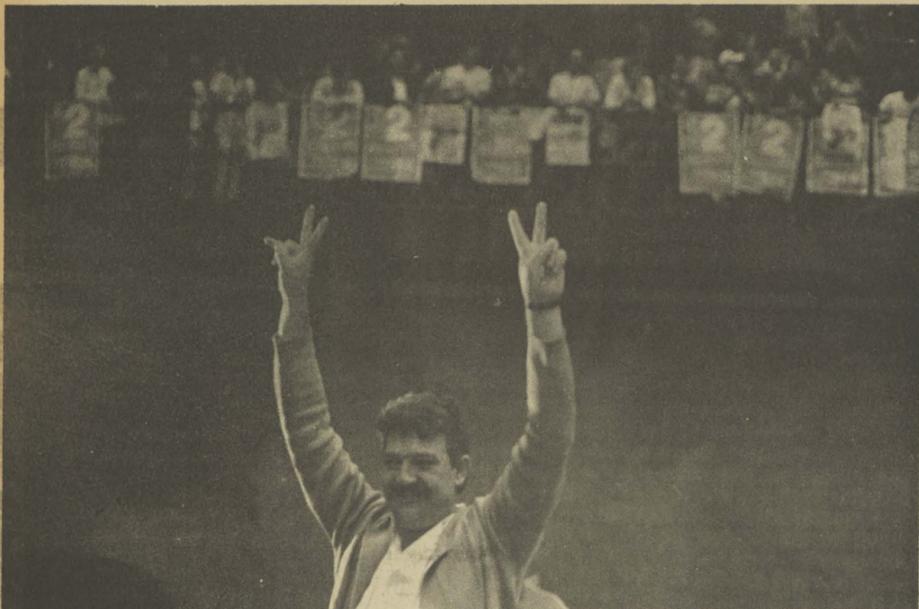
Agora, segundo o ministro, em vez do FMI fazer as exigências, o governo é que decide - e o FMI aprova. Em vez do leão rugir pedindo carne, o sr. Bresser adivinha as coisas e, com antecedência, providencia um bife succulento.

Que o ministro da Fazenda capitule às exigências dos credores já é profundamente condenável. Mas que, além disto, ainda tente fazer pouco da inteligência dos brasileiros, é de lascar.

O FMI só vai aprovar, evidentemente, o que interessa aos grandes banqueiros internacionais. Que o governo obtenha uma ou outra colher de chá para dar a aparência de vitória, não pode servir de desculpa. Esta política é contrária aos anseios maiores do povo e da nação.



O suco natural sob suspeita



Lúcio comemora a vitória da oposição unida após o anúncio do resultado do primeiro escrutínio

METALÚRGICOS-SP

A luta pela virada

Na próxima semana, entre os dias 22 e 25, ocorrerá o segundo escrutínio das eleições no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. No primeiro turno, as duas chapas de oposição unidas venceram a situação com 3.964 votos de diferença. Após a apuração, a Chapa 3, que ficou em terceiro lugar, retirou-se da disputa e a Chapa 2, segunda colocada, ganhou novos adeptos e grande disposição e confiança na vitória.



A campanha da Chapa 2 ganhou a adesão do presidente da CUT

conjunto das fábricas, onde o setor mais apelegado da diretoria está desgastado. A oposição só não foi vitoriosa devido à sua divisão. A Chapa 3, que no primeiro momento contou com o apoio oficial da CUT, rachou com a chapa das comissões de fábricas nas médias e grandes empresas do setor. Descontando os votos dos aposentados, a oposição unida teve 9.570 votos a mais do que a situação no conjunto das fábricas da capital.

VIRADA POSSÍVEL

Devido a esse quadro eleitoral, a apuração terminou na noite de sexta-feira, dia 12, com a oposição esperançosa com a possibilidade de ganhar as eleições no maior sindicato do país. O coro "oposição unida derruba a pelegada" demonstrou a disposição dos ativistas metalúrgicos. "A virada no segundo escrutínio é totalmente viável", comentou Lúcio Bellentani, encabeçador da Chapa 2. Para ele, "o nosso objetivo é coletar 80% dos votos da Chapa 3 no segundo turno".

Nos dias seguintes, os passos nesse sentido foram dados. A Chapa 3, após longa discussão, decidiu não participar do segundo escrutínio. Em documento distribuído à categoria,

a chapa se manifestou timidamente: "Nossa saída das eleições tem como finalidade unificar os votos de todos os metalúrgicos que querem expulsar do sindicato os pelegos". Um setor mais flexível da chapa, intitulado Alternativa Sindical, decidiu inclusive engrossar com todos os seus ativistas a campanha da Chapa 3.

Além disso, a CUT, que no primeiro escrutínio apoiou oficialmente a Chapa 3, deliberou colocar sua infraestrutura a serviço da Chapa 2. Jair Meneghelli, presidente da central, explicou a posição: "Mesmo com a Chapa 2 não se declarando cutista, a CUT vai trabalhar por ela para que o peleguismo seja derrotado no Sindicato dos Metalúrgicos". Ele e outros dirigentes cutistas, assim como Luis Inácio Lula da Silva, têm participado dos comícios nas portas das grandes empresas. Na Metal Leve, na Zona Sul, a receptividade dos operários à proposta de união das oposições foi estimulante.

TÁTICA ELEITORAL

A tática eleitoral da Chapa 2 para esse segundo escrutínio tem basicamente três pontos. Primeiro é mostrar à categoria que a oposição unida tem condições de derrotar o peleguismo, que as fábricas manifestaram seu desejo de que o sindicato mude e avance ainda mais.

O segundo é desmascarar a chapa situacionista, que tentou se passar como responsável pelo crescimento do sindicato nos últimos três anos. Afirmou que era responsável pelo aumento da sindicalização (que pulou de 45 mil sócios em 84 para mais de 100 mil atualmente) e pelo grande número de greves que a categoria realizou recentemente. "Isto é uma mentira", garante Eustáquio Vital, membro da Chapa 2. Segundo informa, "os 11 diretores que racharam com a atual diretoria e compuseram a chapa de oposição é que se destacaram neste trabalho sindical. A Chapa 1 representa exatamente o setor da diretoria que durante a gestão tentou conter o avanço, breicar as lutas da classe".

Por último, a Chapa 2 centrará sua campanha no combate ao novo pacote econômico do governo. "O plano Bresser é uma desgraça para os trabalhadores", comenta Lúcio, que completa: "E a categoria sabe que o Luiz Antônio é um homem de confiança do presidente Sarney". Recente notícia de um diário paulista inclusive garantiu que Sarney estaria "torcendo" pela situação. "Não há dúvidas: a Chapa 1 é a chapa do pacotão", diz Lúcio.

O resultado do primeiro escrutínio dos metalúrgicos paulistas refletiu, em grande parte, a fisionomia das chapas que disputam o pleito. A Chapa 1, identificada com as correntes sindicais mais imobilistas e conservadoras, obteve 30.086 votos. Sua principal base eleitoral foram os setores mais desorganizados e dispersos da categoria - como os aposentados e os trabalhadores das milhares de pequenas empresas da capital. Nas urnas dos aposentados, por exemplo, a chapa encabeçada por Luiz Antônio, atual presidente do sindicato, colocou 6 mil votos à frente das duas concorrentes. Seu maior trunfo foi a máquina do sindicato, particularmente o seu gigantesco aparato assistencial.

Já a Chapa 2, formada a partir das comissões de fábricas, conseguiu 19.171 votos. A votação comprovou que ela representa o que há de mais organizado e avançado na base metalúrgica. Nas 25 maiores empresas do setor a chapa obteve 5.830 votos, enquanto a Chapa 3 ficou com 4.737 e a situação ficou em último lugar, com 4.551 votos. Unindo os votos opositoristas, a Chapa 1 foi goleada nas grandes fábricas (veja quadro).

O primeiro escrutínio também demonstrou que a oposição tem maior força no

A goleada nas grandes fábricas

Nas maiores indústrias da base metalúrgica, a Chapa 2 foi a grande vitoriosa - teve 5.830 votos. A Chapa 3, que agora se retira do processo eleitoral, dividiu os votos opositoristas - obtendo 4.737 votos. A maior

derrotada foi a chapa situacionista - com 4.551 votos. Nestas empresas se encontra a parcela mais organizada e mobilizada da categoria, que conta com Comissões de Fábricas e Cipas atuantes.

Local	Oposição Unida	Chapa 1
Ford	1.484	100
Aliperti	893	392
Villares	552	655
Metal Leve	1.099	188
Voith	881	272
Lorenzetti	147	507
Duratex	606	199
Matarazzo	101	633
Monark	135	362
Arno	434	150
Prada	307	103
Atlas	290	51
Fama	229	45
Siemens	237	195
Fag	370	99
Filizola	241	66
M.W.M.	470	17
Sofunge	284	99
Fund. Brasil	178	186
Philco	261	39
Filtros Mann	263	10
Mapri	372	30
Metafil	336	50
Rohm	177	93
Impacta	220	10
Total	10.567	4.551

FUNCIONALISMO

Mobilização continua forte

Ao que tudo indica, não foram apenas os grandes empresários os primeiros a tomar conhecimento das medidas do governo em relação à economia. Os governadores certamente foram comunicados com antecedência a respeito de um dos principais eixos do Plano Bresser: a eliminação do gatilho salarial. Numa articulação nacional, os executivos estaduais cumpriram o papel da artilharia que procura minar as posições inimigas numa guerra das classes dominantes para promover o maior arrocho salarial de que se tem notícia em nossa história (leia reportagem na pág.8). Mesmo estando previsto em lei, até a decretação deste novo Cruzado, o pagamento do gatilho não foi respeitado na esmagadora maioria dos Estados. As exceções tem sido o governo da Bahia e do Distrito Federal que efetuarão o pagamento dos gatilhos. Mesmo nestes dois casos, assim como no país inteiro, os servidores públicos procuram se mobilizar para defender seus direitos depois da decretação do novo plano econômico que liquidou de vez com o mecanismo de reposição salarial. Em alguns Estados os funcionários já se encontram em greve há mais de setenta dias.

EM STA. CATARINA A GREVE ATINGE 85%

A última semana foi a quinta em que a maioria dos 73 mil servidores públicos de Santa Catarina permanecem em greve pelo pagamento dos gatilhos devidos. Segundo cálculos feitos com base em dados oficiais,

a perda salarial chega aos 131% so este ano. O governador do Estado, Pedro Ivo Campos, tem se negado sistematicamente a negociar com os grevistas, chegando a colocar a polícia nas ruas para atemorizar e, como já ocorreu nesta greve, espancar os manifestantes. De acordo com Antonio Batista, do comando de greve, é falsa a afirmação do executivo de que o Estado não teria recursos.

A MANIFESTAÇÃO DOS 15 MIL

Outra questão levantada pelos servidores é a proibição legal de vincular os salários à folha de arrecadação. Segundo esta lei, os funcionários têm direito a receber o seu salário integral e mais os reajustes, independentemente do Estado

ter ou não uma arrecadação que complete o montante dos salários

Mas as tergiversações do governador e a violência policial não tem conseguido desanimar os grevistas. Prova disso foi a manifestação realizada no último dia 11, em Florianópolis, na qual estiveram presentes mais de quinze mil servidores de todo o Estado. Foi um verdadeiro mar de gente em passeata pelas ruas centrais da capital catarinense, que emocionou e contagiou os que estavam nas calçadas, fazendo crescer a cada instante o número dos manifestantes. Em vários locais, populares jogavam papéis picados do alto dos edifícios em apoio à manifestação. O PC do B, PT, PDT, PCB e a UNE estiveram também presentes.

(da sucursal)



Passeata dos servidores públicos em Florianópolis, no dia 11 de junho

AUMENTO NAS ESCOLAS

Alunos contra esta extorsão

Os aumentos exorbitantes nas mensalidades escolares está provocando uma onda de protestos dos estudantes universitários, secundaristas e também dos pais de alunos em vários Estados. As escolas desrespeitaram abertamente o reajuste de 35% autorizado em janeiro pelo Conselho Federal de Educação (CFE). Diante das pressões dos empresários do ensino, no início de junho o CFE legalizou a burla das escolas, autorizando que fosse repassado no preço da semestralidade os disparos dos gatilhos salariais.

Escorados na cumplicidade do governo federal, os donos de escolas fizeram reajustes de até 214%, causando um descontentamento generalizado. Na capital paulista os estudantes das sete unidades do Colégio Objetivo fizeram manifestações durante uma semana, entre os dias 8 e 12, sendo reprimidos violentamente pela PM em alguns locais. Os secundaristas não aceitaram o aumento de 129% na semestralidade, que passou de Cz\$ 7.041 para Cz\$ 11.971. O dono da escola, ainda não contente, quer que o aumento seja de 170%.

Em São Bernardo do Campo, no ABC paulista, a polícia reprimiu os alunos do Colégio Anchieta que protestavam contra o aumento de 93% na semestralidade. No Colégio Lavoisier, no bairro do Tatuapé em São Paulo, também houve manifestações. No Rio de Janeiro os 400 alunos do Colégio Pinheiro Guimarães, em Copacabana, saíram em passeata pelas ruas e não aceitaram os aumentos nas prestações dos

carnês da escola.

FACULDADES CARAS

Nas universidades o clima também é de revolta diante dos aumentos abusivos. Na semana passada houve protestos dos alunos da FESP (Faculdade de Engenharia de São Paulo) e da FMU-FIAM, em São Paulo. Os 2 mil universitários da FESP estão pagando em juízo apenas os 35% de aumento autorizados pelo MEC em janeiro.

Na FMU-FIAM as irregularidades são mais gritantes. No

ano passado a mensalidade estava em Cz\$ 838. Em janeiro deste ano a matrícula foi reajustada em 100% e a mensalidade em 53%, passando para Cz\$ 1.279. Em maio houve um novo aumento de 60%, elevando o preço para Cz\$ 2.014. Não contentes, os donos da faculdade acrescentaram mais 20% nas mensalidades, repassando o gatilho salarial para as costas dos alunos. No total houve um aumento de 175%. E os estudantes comentam que falta tudo na escola, "de papel higiênico a livros na biblioteca".



Protesto dos alunos do Colégio Pinheiro Guimarães, no Rio de Janeiro

ESTALEIRO CANECO

Acidente queima 8 operários

Oito operários ficaram queimados, dois ficaram em estado grave (um, pintor, perdeu o braço direito) em consequência da explosão de um tanque que armazenava água doce do navio de apoio (298) no Rio de Janeiro, no estaleiro Caneco.

O encarregado Hélio Cruz Pereira, apesar de queimado, ainda conseguiu tirar três operários de dentro do tanque. Ele e seu colega Mário Luiz Alves, pintor, receberam o tanque de fundo duplo para fazer recortes. Entraram no tanque para executar a tarefa sem máscara e sem equipamento de segurança. Eles deveriam aplicar tinta à base de epoxi, de alta periculosidade.

OPERÁRIO LEVA A CULPA

Acontece que no estaleiro Caneco as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes são, no geral, indicadas pelos patrões. E os cipeiros não zelam pela segurança dos operários. No caso deste acidente, o serviço de segurança não acompanhou o trabalho por achar que o gás, neste tipo de pintura, é pouco, ocasionando riscos insignificantes.

Hélio e Mário, os que sobreviveram, foram internados no Hospital Souza Aguiar. O médico da empresa comentou, ao vê-los: "Operários são mesmo mesmo. Toda hora tem acidentes: eles levaram solvente para dentro do tanque e a lâmpada

do rabicho de luz estava muito quente". Ou seja, de vítimas passaram a causadores do acidente!

Segundo o auxiliar de enfermagem que trabalhou no estaleiro Caneco, lá "a rotatividade de funcionários é muito grande. Acidentes acontecem a toda hora".

Há algumas semanas atrás os operários do estaleiro fizeram greve de oito dias por melhores salários, melhorias na alimentação e por condições de trabalho mais seguras. O acidente é um flagrante de que as coisas não mudaram. Os operários arriscam a vida quando põem o pé no estaleiro Caneco, campeão dos acidentes de trabalho no Rio de Janeiro.

PACOTE ECONÔMICO

Um novo assalto contra o bolso do trabalhador

O governo baixou um novo pacote econômico onde procura jogar todos os custos do combate à inflação sobre as costas dos trabalhadores. Trata-se do "maior arrocho salarial da história brasileira", conforme salientou o diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), Walter Barelli.

O plano inclui o congelamento de preços (inclusive alugueis) por um prazo máximo de 90 dias, a eliminação do gatilho salarial, cortes nos investimentos públicos e maxidesvalorização do cruzado, além de outras medidas de menor alcance.

PREÇOS NAS NUVENS

Desta vez o congelamento é compreendido como a parte menos importante pela equipe econômica do governo. Afinal, há motivos de sobra para duvidar de sua eficácia. Logo no primeiro dia de vigência do decreto-lei que instituiu as novas regras para a economia, inúmeras remarcações de preços foram constatadas.

O povo, rescaldado pela experiência do Cruzado I, já não está disposto a fazer o papel de "fiscal de Sarney". Os órgãos oficiais de controle de preços (como a Sunab e o CIP) são comprovadamente incompetentes.

A tática das autoridades consistiu em incentivar as remarcações antes de decretar o congelamento, de forma a satisfazer a ganância do empresariado por lucro. Bresser Pereira, homem do grupo Pão de Açúcar, anunciou por diversas vezes desde que assumiu

o Ministério da Fazenda sua intenção de aplicar um outro "choque econômico". Isto funcionou como uma senha para o conjunto da burguesia. Esta elevou seus preços numa intensidade que bateu nos últimos meses todos os recordes históricos.

SALÁRIOS ARROCHADOS

Com os salários ocorreu precisamente o inverso. A reposição do poder de compra vinha com dois meses de atraso (veja o quadro abaixo) e, ainda assim, era sempre parcial. E, conseqüentemente, o arrocho salarial também bateu todos os recordes registrados pela história brasileira.

De acordo com cálculos do diretor-técnico do Dieese, "os salários perdem, no mínimo, 35% do poder de compra em comparação com os valores vigentes em março do ano passado".

MODA FMI

A tudo isto o governo aliou o combate ao déficit público com corte nos investimentos estatais, eliminação do subsídio do trigo e aumento de tarifas e preços públicos. E desvalorizou, em 9,5%, o cruzado em relação ao dólar e outras moedas estrangeiras.

Um conjunto de medidas

que se enquadra, rigorosamente, no que há de mais ortodoxo e conservador em termos de economia política burguesa. Uma receita digna do FMI. E que, aliás, contou com o apoio desta instituição e o aplauso, quase generalizado, dos banqueiros internacionais. "O plano de austeridade não poderia ser mais duro", afirmou o jornal londrino "Financial Times", em editorial.

A base da política antiinflacionária adotada, como se vê, é a redução ainda maior do consumo da população brasileira e da própria perspectiva de crescimento econômico, jogando mais lenha na fogueira da recessão, ao mesmo tempo em que se assegura grandes lucros aos capitalistas e superávits comerciais capazes de satisfazer os credores, abrindo campo inclusive para um novo acordo com o FMI.

O pacote econômico é, assim, um novo e violento roubo contra os trabalhadores. Merece ser denunciado e contestado com firmeza pelo conjunto dos assalariados, que não podem aceitar outros confiscos sobre direitos que já adquiriram, pagando o ônus de uma crise que não criaram.

(Umberto Martins)

Um arrocho recorde sobre os salários

O senhor Bresser Pereira assegura que seu plano (e ele o chama de "heróico") é "neuro" no que tange à distribuição da riqueza, querendo dizer com isto que nenhum setor da sociedade terá seus interesses prejudicados. Na verdade, um programa de "estabilização" do gênero, sempre busca, no mínimo, preservar ou consolidar as alterações no quadro da distribuição de renda previamente provocadas pelo processo inflacionário - e sempre sacrificando os trabalhadores. O atual pacote, contudo, vai além disto ao impor perdas extraordinárias aos salários.

O arrocho, desta vez, alcança níveis inéditos. "É o maior da história", estima o diretor-técnico do Dieese, Walter Barelli. As perdas serão diferenciadas para as múltiplas categorias, mas o trabalhador que menos perde "perde no mínimo 35% desde março do ano passado, isto é, sem considerar os efeitos do primeiro Plano Cruzado", diz Barelli.

O Salário Mínimo deste mês será de Cr\$ 1.970,40, em ter-

mos reais o menor da história do país, inferior inclusive ao de 1951 (quando chegou ao seu mais baixo poder de compra - só superior, agora, ao do plano Bresser - depois de permanecer oito anos congelado), sendo, ainda, que vale apenas 37% do valor vigente em 1956 e equivale a apenas 48 dólares.

Com a inflação a todo vapor após o Cruzado 2, baixado em novembro de 1986, os assalariados passaram a arcar com enormes prejuízos. Os reajustes ocorriam com uma defasagem de dois meses em relação aos preços. Desta forma, o trabalhador recebe em junho o gatilho de maio para repor perdas provocadas pela inflação de abril, já que o IBGE divulgava seu índice sempre no meio do mês seguinte à coleta. Isto com alta de preços superiores a 20% e o gatilho sempre limitado a este percentual.

Embora garantindo o gatilho de junho (a ser recebido em julho e referente à inflação de maio), o governo nega-se a conceder a reposição devida em função da alta de preços

neste mesmo mês - a mais violenta, diga-se de passagem, uma vez que, alertados pela possibilidade de congelamento, o empresariado acelerou a remarcação de preços (a alta deve ficar próxima de 30%). Além disto, o governo não vai deixar que os aumentos de tarifas anunciados se reflitam no índice de julho. Com isto, o plano consolida as perdas salariais decorrentes da explosão inflacionária.

Os resíduos inflacionários (que não entraram no gatilho até junho) serão compensados, mas parceladamente em seis meses. O gatilho foi eliminado e a fórmula de reajuste, com base na Unidade de Referência de Preços (URP), certamente será fonte de novos arrochos: a URP só será acionada após o congelamento e reajustará mês a mês os salários com base na média dos preços do trimestre anterior. Se a inflação for maior no trimestre seguinte evidentemente os salários serão reajustados em níveis inferiores à alta de preços (o que, sem dúvidas, ocorrerá após a fase de congelamento).



Medidas que podem apressar a recessão e o desemprego

A única coisa que mereceu uma certa simpatia no pacote econômico baixado pelo governo foi a suspensão da ferrovia Norte-Sul que, afinal, já nasceu com um escândalo de proporções ainda desconhecidas, que o governo tenta acobertar. No entanto, a medida vem sendo utilizada como pretexto para outras decisões contrárias aos interesses nacionais, expressas no chamado corte dos gastos públicos através da redução dos investimentos das estatais e do fim do subsídio ao consumo do trigo.

O governo adiou investimentos no valor de Cr\$ 120 bilhões e suspendeu outros que estavam orçados em Cr\$ 280 bilhões, reduzindo de 12% para 5% a estimativa de crescimento das inversões estatais na economia. O programa ferroviário sofreu uma redução de 25%, o portuário de 25%, o rodoviário, 33%. Os cortes atingiram, ainda, o setor siderúrgico, petroquímico e hidrelétrico, (Itaipu).

Também para reduzir o déficit público o governo resolveu aumentar o valor das tarifas e preços vinculados a empresas estatais, reajustando a energia elétrica em 45%, a gasolina e o álcool em 13,1%, o telefone, 33,8% e o aço, 32%. Retirou o subsídio do trigo ao consumidor, e promete praticar uma política monetária mais apertada.

Programa de boas intenções com os banqueiros e o FMI

Um privilégio. A taxa de câmbio não foi congelada. O cruzado continuará sofrendo desvalorizações diárias em relação ao dólar e outras moedas estrangeiras. Mais que isto, junto com o "choque" o governo tratou de promover uma nova "mididesvalorização" do cruzado, de 9,5%, que, assim, nos últimos meses acumula uma depreciação de dimensões comparáveis à maxidesvalorização do cruzeiro promovida pelo ex-ministro Delfim Netto em 1983.

Os efeitos de medidas deste tipo são conhecidos. Constituem um incentivo às exportações, com conseqüências perversas sobre o mercado interno. Reduzem as importações, ao torná-las mais caras. Pressionam os preços para o alto em toda a economia. E aumentam o endividamento em cruzados, o que implica no crescimento do déficit público, visto que o Estado responde por mais de 80% dos débitos.

A QUEM SERVE?

Em 1983, quando ainda militava na oposição, o ministro Bresser Pereira observou (e escreveu) que a maxidesvalorização do cruzeiro promovida por Delfim Netto havia tornado o Brasil ainda mais pobre, pois tinha por conseqüência reduzir a renda interna disponível seja para consumo ou investimentos. Isto era correto e se adequa perfeitamente



Luta contra o desemprego em 1983. Um quadro que pode se repetir

ABORDAGEM REACIONÁRIA

O efeito de tais medidas não é nada benéfico do ponto de vista do povo. Embora não tenha agradado de todo os setores mais reacionários da sociedade (que pedem cortes mais profundos), a redução dos investimentos estatais, num momento em que a chamada iniciativa privada está retraída (e em especial as multinacionais boicotam o investimento e repatriam capitais), pode apressar o processo de recessão, aumentando o desemprego. Já o fim do subsídio ao consumo do trigo e o aumento de tarifas corrói ainda mais o

poder de compra dos salários.

Em si, o combate ao déficit público é necessário e, mais que isto, imprescindível, pois é elemento que se trata de uma causa da inflação. Contudo, há diferentes componentes e causas do déficit público brasileiro. As principais, sem dúvidas, são as dívidas interna e externa, que o Estado é forçado a financiar. Nelas, contudo, não se mexe porque os interesses em jogo são poderosos, embora a equipe econômica do governo reconheça o problema. A abordagem que está sendo dada torna-se, em conseqüência, reacionária, e semelhante à pregação da direita mais empedernida.

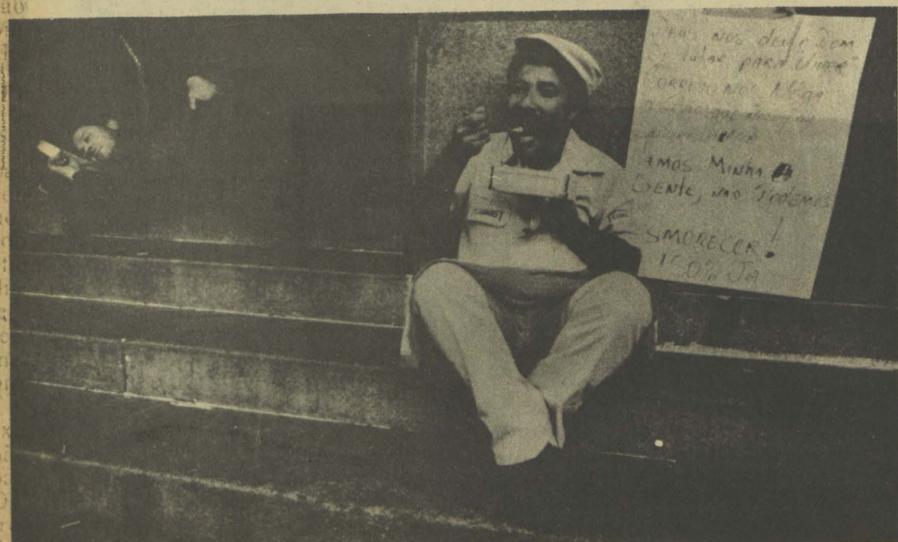
ao que o senhor Bresser Pereira vem fazendo nos últimos meses.

Os objetivos, por sinal, continuam sendo os mesmos: "ajustar" as coisas de forma a viabilizar a transferência de riquezas ao exterior para pagar os juros da dívida externa, recursos subtraídos ao povo e que jamais retornam ao país. O Brasil fica mais pobre. Logo, é uma política que não serve à nação e aos trabalhadores, em absoluto.

Mas há quem se beneficie. Dentro do próprio país os interesses não são iguais e os exportadores, por exemplo, ganham, pois a taxa de lucros de quem vende no exterior torna-se mais elevada. Porém, quem mais lucra são os banqueiros e capitalistas estrangeiros, uma vez que aumenta a

garantia de que os juros serão pagos e a economia feita mais dependente.

O não congelamento da taxa de câmbio e a "mididesvalorização", ao lado de outras iniciativas contidas no pacote econômico, enquadram-se por isto, na política vigente de cedências às pressões imperialistas. A equipe do Ministério da Fazenda, por sinal, já admite fazer um acordo formal com o FMI. Bresser Pereira inclusive convidou uma equipe do Fundo para que venha em missão ao Brasil apreciar o pacote e o programa econômico que está preparando. Se for do agrado (e muitos credores manifestaram incoerente satisfação), o plano poderá fazer as vezes da famosa Carta de Intenções imposta pelas instituições.



O trabalhador, mais uma vez, e sacrificado. O arrocho é o maior da história.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
Exportações incentivadas, nova cedência à pressão imperialista